

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.362 - RJ (2019/0197153-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852**
HEITOR AUGUSTO RODRIGUES FERREIRA - RJ187552
RECORRIDO : **ALFREDO PEREIRA DE CASTRO**
ADVOGADO : **LUCIENE JIUSTI DE MELLO E OUTRO(S) - RJ159041**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ fls. 485/486):

Juízo de retratação. Apelação Cível. Cumprimento do disposto no artigo 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil. Pretensão de abstenção das cobranças a título de tarifa de esgoto, com a restituição em dobro dos valores pagos indevidamente. Alegação de que respectivo serviço não é prestado, em todas as suas fases, no local onde reside. Sentença de improcedência do pedido. Inconformismo do autor. Não obstante a inexistência do serviço de tratamento, a Lei Federal n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, engloba no conceito de esgotamento sanitário outras atividades como o recolhimento, escoamento e destinação final dos dejetos e efluentes sanitários, os quais são prestados pela autarquia.

Entendimento assentado pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido da legalidade da aludida cobrança, quando a concessionária realizar serviço parcial, como a coleta, o transporte e o escoamento dos dejetos, mesmo que não promova o respectivo tratamento sanitário, como na hipótese em exame. Contudo, o entendimento dessa Colenda Câmara é de que o quantum cobrado deve corresponder ao serviço sanitário efetivamente prestado.

Na espécie, verifica-se que a cobrança de tal serviço deverá equivaler à metade do valor referente à prestação integral.

Quanto à devolução dos valores cobrados a maior, esta deverá ser de forma simples, nos termos da Súmula 85 deste Tribunal de Justiça, observando-se a prescrição decenal. Reforma do acórdão recorrido, para o fim de dar provimento parcial ao recurso do autor, para o fim de determinar que a ré se abstenha de cobrar 50 % (cinquenta por cento) do valor pago pelo autor, a título de serviço de esgotamento sanitário, e que a restituição das quantias indevidamente cobradas ocorra de forma simples, bem como para que sejam rateados os ônus sucumbenciais, diante da sucumbência recíproca, mantidos os demais termos da decisão recorrida.

A recorrente alega violação do disposto nos arts. 3º, I, "b", da Lei 11.445/2007, no art. 9º do Decreto 7.217/2010, no art. 927 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/1973) e no art. 206, parágrafo 3º, IV, do CC. Aduz a prescrição trienal e, no mérito, sustenta, em síntese, a litude da cobrança integral da tarifa de esgoto quando há a prestação parcial do serviço, nos termos definidos por esta Corte em sede de julgamento de recurso repetitivo – REsp 1.339.313/RJ (Tema 565 do STJ).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 593/596.

Redistribuição do feito para a Primeira Seção (e-STJ fls. 607/610).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Estabelecida essa premissa, anoto que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.117.903/RS, submetido ao regime dos recursos representativos da controvérsia, concluiu que o prazo prescricional para a cobrança de tarifa de água e esgoto é regido pelo art. 205 do Código Civil; não há, assim, que se falar em prazo prescricional trienal.

Dessarte, no ponto, o apelo especial não prospera.

De outro lado, observo que o Tribunal de origem, ao admitir o pagamento parcial do serviço de esgoto sanitário, baseou-se nas seguintes razões (e-STJ fls. 488/490):

Na espécie, restou incontroverso nos autos que **o serviço de tratamento de esgoto não é prestado ao demandante de forma completa, entretanto, ficou demonstrado que a ré realiza o serviço de transporte, coleta e destinação final dos dejetos sanitários e efluentes no lugar onde aquele reside**, conforme afirmado no próprio apelo.

Desse modo, a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário não se limita ao tratamento de dejetos, englobando outros tipos de prestação, conforme se extrai do artigo 3.º, inciso I, alínea "b", da Lei Federal n.º 11.445/07, a qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, in verbis:

(...).

Esse é o entendimento assentado pelo Superior Tribunal de Justiça, como se verifica do acórdão proferido no Recurso Especial n.º 1.339.313/RJ, representativo da controvérsia, submetido ao regime previsto no artigo 543-C do Código de Processo Civil vigente à época, da lavra do Ministro Benedito Gonçalves, cuja ementa se passa a consignar:

(...).

Contudo, o entendimento dessa Colenda Câmara é de que o valor cobrado deve corresponder ao serviço sanitário efetivamente prestado, conforme julgamento nos autos da Apelação Cível n.º 0011437-65.2012.8.19.0211, em que foi Relator o JDS Desembargador Marcelo Almeida de Moraes Marinho, cuja ementa se segue: (...). (Grifei).

Essa postura, no entanto, destoa do entendimento já firmado nesta Corte Superior.

Com efeito, a partir do julgamento do REsp 1.339.313/RJ (Tema 565), firmou-se a tese de que a legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto, mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não

estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades.

Confira-se a ementa do julgado paradigma:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.

2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.

3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431.121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. (REsp 1.339.313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013).

Acerca da hipótese, trago, ainda, o julgado a seguir:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS. TARIFA DE ESGOTO. REDUÇÃO. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA INTEGRAL. TEMA JULGADO PELO RITO DO ART. 543-C DO CPC (RECURSOS REPETITIVOS). RESP 1.339.313/RJ.

1. No julgamento do REsp 1.339.313/RJ, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, o STJ fixou o entendimento de que se afigura legal a cobrança de tarifa de esgoto, ainda quando detectada a ausência ou deficiência do tratamento dos resíduos coletados, se outros serviços, caracterizados como de esgotamento sanitário, forem disponibilizados aos consumidores.

2. Cumpre salientar, ainda, que no julgamento do referido repetitivo ficou consignado no voto do eminente Relator, Ministro Benedito Gonçalves, que

"é desacertada a determinação da redução proporcional da tarifa cobrada". Nesse julgamento, citou como precedente o REsp 1.351.724/RJ, da relatoria do Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 4.2.2013, o qual dispõe: "o acórdão recorrido agiu com desacerto ao determinar a redução proporcional da tarifa cobrada. O valor calculado e cobrado dos munícipes, obviamente, abrange apenas os serviços prestados (coleta, transporte e destinação de efluentes), não sendo a tarifa discriminada em função de cada um deles, ou seja, a concessionária não cobra um valor específico para cada item do serviço prestado, mas um valor único, que remunera condignamente a todos eles (coleta, transporte e destinação)". Por óbvio, descabe cobrar por esgoto não coletado ou despejado in natura nas galerias pluviais. Neste último caso, a questão deixa de ser de tratamento de resíduos e se transforma em poluição, o que implica para o Poder Público e suas concessionárias responsabilidade civil ambiental, e não direito a pagamento por serviços inexistentes. Sem dúvida, não foi intuito do Recurso Repetitivo (REsp 1.339.313/RJ) transformar o inadmissível ilícito antissanitário e antiambiental em lícito remunerado, pois não se equivalem, de um lado, uso das galerias pluviais para escoamento de esgoto tratado e, do outro, poluição das galerias pluviais, dos rios e do mar com efluentes sem qualquer forma de tratamento, nem mesmo primário.

3. Estando o acórdão recorrido em desarmonia com a atual jurisprudência do STJ, deve ser reformado o julgado a quo.

4. Recurso Especial provido.

(REsp 1.794.855/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 30/05/2019).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, para restabelecer a sentença de improcedência do pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator